«Évora Cidade Educadora: contributos para a definição de políticas locais de educação»

- i. Ao confrontarmos-nos com os pontos 4 e 5ⁱ da Carta das Cidades Educadoras aprovada pela AICE, e que dizem respeito a competências na área da educação formal, e no caso concreto da organização e planificação das AEC's considero que estamos a adotar medidas que ainda que constituam opções políticas próprias deste executivo respeitam os princípios desta Rede internacional que é a AICE.
- ii. Desde Novembro de 2009, mas com maior eficácia neste último ano letivo, foi sobretudo na programação cultural de responsabilidade autárquica que a vertente de formação de públicos foi, de forma consciente, ao encontro dos princípios e desígnios de Évora, Cidade Educadora. Refiro os projetos TEIAS (intercâmbio intermunicipal de grupos artísticos) e ORALIDADES (programa europeu que abrange algumas turmas de AEC).
- iii. Não existiu e a anuência não foi consciente de que muitas das opções por atividades e programas fossem feitas de acordo com os princípios de uma Cidade Educadora.
- iv. Infelizmente a enorme maioria das ações que caem no âmbito de uma Cidade Educadora não referem essa ligação, pelo que a população de Évora, e...
- v. ... mesmo muitos dos profissionais da educação que não dependendo da autarquia trabalham em Évora, não estarão conscientes de que Évora está empenhada e fazer-se uma Cidade Educadora.
- vi. Recursos humanos e envolvimento de associaçõesⁱⁱ.
- vii.
- viii. Apesar de positiva, julgo que está muito aquém de atingir o grande objetivo enunciado no último pontoⁱⁱⁱ da Carta que, apesar de vago, remete para: o exemplo dado pela própria estrutura, organização e atuação municipal e o envolvimento de cada cidadão na construção da Cidade Educadora.

ⁱ - 4 -

As políticas municipais de carácter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, a qualidade de vida e da promoção dos seus habitantes.

- 5 -

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade. O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar a sua eficácia, assim como de obter as normas legislativas oportunas de outras administrações, centrais ou regionais.

ⁱⁱ - 18 -

A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objectivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a

informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.

iii - **20** -

A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.